

ROCHA PEIXOTO

# **OBRAS**

VOLUME II

MUSEU MUNICIPAL DO PORTO. ENSINO.  
POLÍTICA. ENSAIOS DIVERSOS. ECONOMIA.

Edição da CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM  
1972



## A INFLUÊNCIA CORPORATIVA NOS MELHORAMENTOS LOCAIS (\*)

Não oculto a funda emoção com que se me deparou o ensejo de falar ante os homens da minha terra em favor das prosperidades locais. Homem de trabalho, é com um intenso e legítimo desvanecimento que me encontro entre patrícios para os quais o dispêndio de energias e labor assim garante e resume a viabilidade amarga da existência. Não temos na nossa terra, como sucede em tantas do interior e mesmo do litoral, os despojos das castas privilegiadas, que da tradição e ainda dos bens legados materiais se mantêm frustemente. Aqui se há quem não trabalhe, trabalhou — à imitação de outra localidade da costa portuguesa bastante afim com a nossa, da qual, ao inquirir-se da aristocracia que a exorna, respondiam: — aqui quem não rema, remou!

Chamado, pois, a cooperar nos intuitos duma associação que condensa todas as aspirações locais, ou seja directamente pela conquista legítima de progressos de ordem material ou implicitamente pelos mais elevados de natureza moral, foi precisamente a influência e a significação do princípio corporativo o assunto que se me afigurou mais eficaz e oportuno para o desataviado início destas preleções.

De entre V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> há ainda quem recorde, numa sentida reversão ao passado, a lição ou lições da História Natural onde o mestre invariavelmente contava como na Natureza tudo se exhibia num harmonioso

---

(\*) Texto de uma conferência pronunciada por Rocha Peixoto, na sede da *Associação Comercial* da Póvoa de Varzim, em 14 de Abril de 1901. O original manuscrito da conferência — inédito até à sua publicação neste vol. II das *OBRAS* de Rocha Peixoto — encontra-se actualmente no espólio de Rocha Peixoto, na Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim [Ests. XVII e XVIII].

Sobre esta conferência de Rocha Peixoto, vide: «Conferências» in jornal *Estrela Povoense*, da Póvoa de Varzim, de 24 de Fevereiro de 1901 (p. 1); — «Províncias. Póvoa de Varzim», in jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, de 27 de Fevereiro de 1901 (p. 1); — «Conferência. Associação Comercial», in *Estrela Povoense* de 14 de Abril de 1901 (p. 1); — «Províncias. Póvoa de Varzim», in *O Primeiro de Janeiro* de 17 de Abril de 1901 (p. 1); — «Associação Comercial. Conferência», in *Estrela Povoense* de 21 de Abril de 1901 (p. 1); — «Conferência», in jornal *O Liberal*, da Póvoa de Varzim, de 21 de Abril de 1901 (p. 2); A. Santos Graça — *O Poveiro* (Póvoa de Varzim, 1932), p. 7].



Em 14 de abril de 1901 = Conferência na Assoc. Commercial  
de Póvoa e Varzim, pela 8 1/2 horas de tarde

R. P.

Não se quer a fundar empresa em que se não separem o desejo  
de fazer ante os homens de minha terra em favor das prosperi-  
dades locais. Haverá de ter, e é com uma intenção a legitima  
demonstração que me encontro entre petições para os juros  
o dispêndio de energia e labor, assim garantido e resumido a visibili-  
dade sempre de existência. Não tem na nossa terra, como succede  
em outros do interior e mesmo no littoral, o dispêndio dos custos  
privilegiados, que de verdade e ainda de seus legados materiais  
se mantem fortemente. Aqui se he quem nos trabalha,  
trabalhamos - e a intenção d'uma localidade de toda natureza  
destinate a ser com a nome, de qual, as empresas - se de  
a existência que a empresa, respondendo ao que se  
não tem, nem!

Chamado, pois, a empresa nos intentos d'uma actividade que  
condensa todos os aspirações locais, ou seja directamente pela  
empresa legitima de propensas ~~actividades~~ de actividade material  
ou indirectamente pelo mais elevado da natureza moral  
forosamente a influencia e a significação de principios corpo-  
rativos, <sup>o assumpto</sup> que se me affirmam mais effiz e opportunos para  
o desenvolvimento inicial d'uma localidade.

D'entre v. g.<sup>as</sup> he ainda quem se lembre, si nos estudos reves-  
tos no passado, e hoje em dia de Historia Natural ante o estado







equilíbrio, como aos meios se adaptavam os seres e ainda como, aparentemente, o homem era o mais desfavorecido. A ave, navio do ar, o peixe, num submarino, a toupeira minando e a aranha tecendo mostravam-se ao homem suficientes nos seus destinos, vivendo, subsistindo através das lutas, defendendo-se e protegendo-se. Só o homem surgia inerte, apenas com dentes e unhas. E que dentes sabêmo-lo bem pelo espectáculo da política; e que unhas conhecemo-las tão pouco pela brava e áspera contenda da existência! A inteligência, porém, acudia o mestre, sobrepujava todas as misérrimas vantagens que porventura o homem ambicionara um dia. Dava-lhe o engenho — era assim que diziam os nossos mestres — com que sucessivamente triunfara do despotismo das forças naturais e da rudeza tirânica das necessidades mais instantes. A ave voando e nadando o peixe eis outras tantas sugestões que conduziram o homem da arma primitiva de sílex à máquina, do moinho à turbina. E ainda como nas associações da abelha e do castor, até do lobo, por momentos, o homem se agremiara solidário para toda a sorte de defesas.

Este paralelo simplista, assim discreteado ante o enfado dum curso de rapazes, encerrava, como todas as afirmações que revestem esta forma naturalista, um grande fundo de realidade. Para o confirmar atente-se na evolução da família à horda anárquica, desta à clã, desta à tribo, da tribo à nação. Adstrinjamo-nos, porém, a outra forma mais limitada de associação e veremos como a afirmação já remota de livros e mestres venerandos, se justifica através dos tempos, e como, evoluindo, apenas reveste exterioridades diversas, na conformidade das ideias, dos costumes, da expressão social do momento.

Diz a Bíblia que a organização corporativa e trabalho existia já no povo judeu, desde o reinado de Salomão. Mas ficando-se nesta indicação sumária é só em Atenas que vamos encontrar as então denominadas energias, cuja organização Roma importaria mais tarde pelos tempos de Numa. É já a esta altura remota da história que encontramos os germes das corporações ulteriores que, ou sob a forma de associações de mesteres ou de hansas comerciais, representam posteriormente o grande papel industrial e mercantil que subverte as instituições mediévicas. Para a sua compreensão temos pois que traçar-lhe brevemente a história.

As profissões manuais, na velha Roma, eram a condição exclusiva dos escravos e, quando muito, dos libertos. Todos sabemos que quem talhava vestuários e quem curava doentes, quem fabricava pão ou escrevia tratados de filosofia, o músico e o poeta, como o homem de



condição mais ínfima eram de ordinário um escravo procedente dos muitos países conquistados e não raro da divina Ática. Esta situação degradante, por mais suave ou atenuada que fosse em alguns casos, inspiraria os mais legítimos rancores e determinaria certamente a ideia de pôr em prática a maior força dos fracos — a associação. Fundou-se pois, de uma maneira lenta e obscura, tão obscura que apenas a desvenda a epigrafia e a arqueologia, esses chamados Colégios ou grêmios de homens adstritos a uma mesma ocupação. Embrionariamente, como dissemos, procedia da Grécia, mas o génio e o meio romano ajudaram-na mercê de um espírito de associação. Os factos políticos ensinavam que a união dos esforços coligados para um mesmo fim asseguravam os sucessos e os triunfos e bem assim a vida privada, impregnada da influência religiosa que ligava os homens do mesmo sangue numa indissolúvel geração. Eram associações essas centúrias que reuniam homens da mesma raça e da mesma condição social; eram associações essas grandes famílias patrícias que reuniram em torno a si legiões de parentes, de libertos e de clientes.

Com este substracto, com o germe helénico, e, mais que tudo, com a imperiosa necessidade de defesa, os plebeus romanos votavam-se à organização corporativa por classes. Não é muito pormenorizada a sua história até aos fins da República; mas da importância que assumiu conclui-se pela hostilidade que depois mereceu de alguns imperadores. Entretanto a sua importância e força denunciou-se de sorte a certos monarcas não se mostrarem sistematicamente adversários dos colégios de artífices; antes os ajudavam obtendo da sua importância o prémio dos seus favores, chegando mesmo a fazê-los agentes do seu domínio.

Até que o cristianismo concorrendo para a emancipação dos mesmos elevou os homens do trabalho na hierarquia social. Começamos nós, começa a classe média. O hiato medieval não impede que a escravidão, ao modo anterior, perca terreno. E até a forma essencialmente romana da organização do trabalho se estende aos países germânicos mais ou menos romanizados. É neles que vamos encontrar inicialmente as guildes, instituições corporativas de mercadores, unidas pelos interesses de classe, pela fraternidade das armas e pela assistência mútua e fusão dos interesses; a comunidade dos esforços e a aliança do trabalho reúne as guildes dos mercadores de várias cidades em formações cujo tipo, em breve, se manifesta, nos países do Ocidente, pela sólida e poderosíssima organização das hansas comerciais.

O feudalismo contribuiu para a sobrevivência instintiva e tradicional da associação reunindo artífices do mesmo officio, e mercadores



do mesmo comércio numa só comunidade de hábitos, necessidades e interesses. A corporação, ou operária ou mercantil, foi um instrumento de defesa contra toda a casta de exacções; e também dela procede o germe da comuna e da cidade burguesa, já em gerações sucessivas se aclimaria o hábito de afrontar a autoridade opressora dos suseranos.

Como estavam organizadas estas corporações? Grupavam-se só numa cidade os artífices duma mesma profissão escolhendo bairros ou até uma rua a que davam o seu nome. É o caso, como exemplo, da rua dos Fanqueiros em Lisboa e dos Caldeireiros no Porto. Tinham estatutos que fixavam as regras do comércio, os direitos e os deveres dos aprendizes, dos oficiais e dos mestres; a certos magistrados cabia a incumbência da defesa dos seus privilégios e bem assim da observância interna dos seus estatutos. Constituindo do mesmo passo verdadeiras confrarias elegiam um santo para patrono: Santo Elói para os ourives, S. Jorge para os barbeiros, S. José para os carpinteiros, etc. Auxiliavam-se na miséria e no abandono, prodigalizavam benefícios às viúvas, às orfãs e aos velhos. Tinham selo, armas e sede de reunião, festejavam estrondosamente o santo do grémio e até lhe erigiam capela privativa, como ainda hoje vê, em já esquecido vestígio, a Senhora da Silva no Porto.

A multiplicação destes agrupamentos traduziu-se oportunamente em elementos de força e resistência consideráveis. Sem dúvida a organização dos mesteirais era excessivamente despótica, compadecendo-se naturalmente com a índole dos tempos; mas ela traduz entre outros e muitos benefícios a conservação do apuro e reputação tradicionais dos produtos, a formação definitiva duma classe diligente, a burguesia, uma força guerreira admiravelmente disciplinada e uma suprema influência política no regime municipalista. Em certas cidades republicanas da Itália as corporações apoderaram-se até do poder excluindo os nobres; e estes mesmos houveram que, em Florença, inscreverem-se como cardadores e tecelões, se quiseram manter os seus direitos. Na Flandres as guildes comerciais arrogaram-se até o poder soberano. Compare-se este grande factor de liberdade, — o direito de agremiação — com o estado das classes servis nos tempos romanos e ainda daí em diante até aos séculos XIII e XIV. No século XIII ainda o cirurgião se viu na necessidade de trabalhar para que representasse a sua profissão, queixando-se de que os barbeiros se intrometiam no seu mister com evidentes danos para os seus legítimos interesses. Já nesses tempos longínquos floresciam os clínicos da estatura do nosso conhecido Dr. Alberto, tão injusta e afincadamente cognominado o Dr. Burro!

Ora muitas destas corporações, posto que com um determinado



objectivo mercantil, eram essencialmente industriais, outras paralelamente adstringiam-se a propósitos de negócios.

Formaram-se, no decorrer do século XIV, verdadeiras confrarias comerciais, com os seus estatutos, distribuídas por províncias ou por dioceses, e escolhendo em cada circunscrição um chefe que era o guarda das imunidades e dos regulamentos da associação e seu representante oficial.

E imagine-se da sua força considerando-se que isoladamente muitos desses negociantes viviam com um fausto e elegância verdadeiramente soberanos. Na sua casa exibiam-se móveis e alfaias preciosas que eram o deslumbramento e o despeito dos senhores feudais; e o seu exército de factores, de caixeiros e de criados, as suas relações no seu país e no estrangeiro erguiam-no a um poder com que os monarcas e os senhores tinham de contar.

Não espanta, pois, que as suas associações dispusessem dos meios com que, uma vez confederadas, construissem portos, dragassem leitos de rios e aniquilassem o banditismo das estradas. Ficaram imperecíveis na história do comércio as guildes ou corpos de mercadores denominadas a hansa de Ruão, a hansa de Paris e a hansa de Londres. Eram todas corporações com o mesmo carácter e as mesmas intenções, compostas de grandes negociantes e de grandes armadores. Em Paris o preboste dos mercadores tornar-se-á o chefe da municipalidade e a casa da associação será ao diante o primeiro *domus municipalis*; em Bordeus é entre os negociantes de vinhos e armadores que se escolherão os jurados; em Ruão a guilda tornar-se-á o conselho da comuna.

E aí está como da solidariedade procede a força, a riqueza e o domínio!

Entre nós datam dos tempos de D. Dinis, ou, com mais precisão, do reinado de D. Afonso IV os primeiros diplomas reguladores da liberdade de trabalho. São muito vagos todos os esclarecimentos que neles podemos colher; mas a importância de certas corporações mais ou menos arregimentadas infere-se de factos esparsos muito elucidantes. Assim é que em 1309 Filipe o Belo rei de França concede numerosos privilégios aos mercadores portugueses que estabeleçam em Harfleur e em Ruão a principal sede do seu comércio; e quarenta e tantos anos mais tarde os pescadores de Lisboa e Porto conseguem um tratado com Duarte III de Inglaterra pelo que lhes é permitido pescarem nas costas da Grã-Bretanha.

Que os mesterais, porém, tinham uma organização para contar



e paralelamente os mercadores, conclui-se pelo auxílio prestado por eles no movimento popular que elevou mais tarde o Mestre de Avis ao governo do reino. À morte de D. Fernando, pois, os trabalhadores eram senhores de valor e prestígio para mandarem num movimento político tão importante e tão patriótico, que D. João I, como prémio, determina a sua interferência na administração dos municípios.

Data efectivamente de então a Casa dos 24, isto é, a Junta de 24 delegados dos oficiais presidida pelo Juiz do Povo.

Um dos capítulos de uma história industrial e comercial encontra-se precisamente nos Regimentos dessas corporações. Eram quase todas embandeiradas, isto é, debaixo da invocação de um santo patrono; eram armadas — já provávelmente desde D. Dinis, até ao Marquês de Pombal, que na reconstrução de Lisboa ainda atendeu a este grande princípio de fiscalização. Tinham enfim os deveres e as imunidades das suas congéneres do estrangeiro; e o seu poder e a sua influência subiu a ponto que de ordinário os reis deferiam aos seus pedidos de regalias, em opposição aberta, não raro, com os interesses e desejos dos nobres e poderosos.

Extintas em 1834, o poder da sua tradição, da sua força e da sua significação social ainda subsistiu até aos nossos dias em muitos vestígios, nos arruamentos, por exemplo. E se V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> quiserem observar ainda o último eco da sua outrora opulenta representação nas solenidades religiosas, têm, posto que ano a ano mais apagada e fugaz, a procissão do Corpo de Deus em Penafiel. Era das praxes e das leis todos os officios mecânicos se exhibirem em festa, com suas insígnias, pendões, lanças e músicas nas procissões do Corpus-Christi, guardando-se precedências e impondo-se condições, que as Câmaras, com os mesteres, combinavam e legalizavam.

É claro que eu não venho fazer a apologia das corporações de mesteres tais quais elas se achavam constituídas. Já aludi aos aspectos despóticos que lhes impregnavam, ao sabor dos tempos, as engrenagens e os movimentos. O que avulto é o sentimento da força, procedente da solidariedade dos trabalhadores e manifestada nos progressos das franquias municipais e no conseqüente desenvolvimento da riqueza e da liberdade. Ora nada na terra é novo — e não digo isto em latim por o idioma do Lácio ter sido para mim e sempre duma ingratidão lastimável! Nada na terra é novo. Logo depois dos abalos da Revolução francesa, que extinguiu as corporações dos mesteres, começa o movimento sindical, isto é, a forma moderna da associação. Quais são os



fins, por exemplo, dos sindicatos profissionais? Velar pelos interesses gerais da profissão e interpretar ante os poderes públicos as artes das corporações; regular os litígios internos; conciliar os conflitos entre operários e patrões. E isto que significa? Que a forma de associação se compadece juridicamente com as ideias dos tempos.

As guildes, as hansas, os corpos de mercadores, são afinal, as associações e as companhias de agora, como as corporações de oficiais as actuais associações de classe. Mudaram os regimes profundamente mas nem por isso a associação, convenientemente adaptada, deixou de ser a força dos fracos. Então, como agora e sempre, a eficácia social do regime corporativo deixou de ser indefectível.

O comerciante ou o industrial que se não agremie como poderá defender-se e lutar isoladamente com vantagem? A começar de cima até os políticos se unem em quadrilhas, ou digo, em partidos. E calculemos o que seria a força do pescador poveiro, por exemplo, se a sua maneira de agremiação não fosse quase e apenas um verdadeiro platonismo. Associado como está é que não pode defender-se de acusações e vilanias como esta que vou relatar a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>.

No Inquérito industrial de 1890 o volume referente às pescarias não veio a público por motivos que ainda permanecem misteriosos. Várias circunstâncias permitiram-me a leitura detalhada da parte impressa, que ainda assim comporta umas quinhentas e tantas páginas. Pois diz-se aí, na parte referente à Póvoa de Varzim, que se o poveiro come mal e pouco é porque se administra péssimamente. O seu tempo emprega-o na pesca, em casa para dormir, e depois na taberna esquecendo os filhos que tem em casa e a boroa que lhe falta para a família. Se em lugar de esbanjarem o tempo pelas vendas o applicassem a tratar das redes e dos aprestos piscatórios, as mulheres teriam tempo para se dedicarem a outros misteres. Não assistem aos poveiros grandes razões para se lamentarem: têm praia que não é má, têm faróis, têm um porto de abrigo projectado, têm à vista o porto de Leixões; e ainda por cima nunca qualquer deles vai para o exército ou para a armada. Tudo o que se tem dito em seu favor são apenas declamações sentimentais.

Ora acontece que este documento, posto que não distribuído, faz fé em várias estâncias oficiais. Como defenderem-se pois de mais extorsões e abandonos do poder central? Modificando eficazmente a sua forma associativa, se porventura esta quimera fosse viável.

Nunca vi exemplo em que o individualismo, pela maneira bárbara e grosseira que aqui reveste, traduzisse tão nitidamente a consequente insignificância do papel, do lugar e do valor da colectividade. Sós, podem



ser heróis; unidos, quanto aos interesses próprios, não têm expressão social!

Tenho a minha parlenga finda. É, em última análise, pelos exemplos colhidos no mundo e nos tempos, uma exortação aos homens da minha terra para que se congreguem, reunindo todas as energias e actividades numa aspiração comum: as prosperidades locais. Exorto-os e saúdo-os: para o que há a fazer e pelo que já está feito como manifestações espontâneas do trabalho comum, solidário e, portanto, patriótico! (\*)

---

(\*) Discordando de algumas afirmações, feitas neste trabalho, acerca da organização social dos pescadores poveiros, António dos Santos Graça dirigiu-se a Rocha Peixoto, após a conferência, e informou-o dos usos comunitários dos pescadores da sua terra, ao tempo ainda vigentes. Entusiasmado com a revelação, Rocha Peixoto pediu a Santos Graça que lhe fornecesse todas as notas que sobre o assunto coligisse. Tais notas vieram a constituir o fundo originário do livro *O Poveiro*, de Santos Graça [Vide: A. Santos Graça — *O Poveiro* (Póvoa de Varzim, 1932), pp. 7-10].